

DIOGO MENTOR

TEORIA DO DIREITO DE INTERVENÇÃO

A alternativa de Winfried Hassemer à inflação
dos crimes econômicos.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	5
Introdução.....	9
1. A Questão do Bem Jurídico. Do Direito Penal Clássico às Novas Formas de Tutela de Bens Jurídicos	11
2. As Organizações Criminosas como Empresas do Crime: A Identificação dos seus Pontos Sensíveis e das Formas de Combate	19
3. A Gênese da Responsabilização Criminal da Pessoa Jurídica. Da Indevida Inflação Penal às Novas Teorias de Direito Sancionador	25
4. Responsabilidade ou Irresponsabilidade Penal da Pessoa Jurídica? Argumentos Contrários e Favoráveis à Responsabilização Criminal dos Entes Coletivos.....	33
4.1. Os mandados constitucionais de criminalização nos crimes contra a ordem econômica	34
4.2. Societas delinquere potest ou non potest? A responsabilidade penal da pessoa jurídica vista sob a ótica de uma dogmática penal clássica.....	46
4.2.1. O prius: a delimitação do estudo sob a ótica da “Escola de Frankfurt”. Mas, o que seria a “Escola de Frankfurt”?	47
4.2.2. A dicotomia entre o Direito Penal Clássico e o Moderno sob a perspectiva da Escola de Frankfurt.....	50

4.2.3. A (Ir)responsabilidade penal da pessoa jurídica e o Direito Penal Mínimo.....	53
4.3. O sancionamento administrativo sob a perspectiva da hermenêutica constitucional	67
5. A Demanda Social pela Expansão do Direito Penal.....	71
5.1 Seria a inflação penal a solução do problema?.....	76
6. Uma Alternativa à Maximalização do Direito Penal em se Tratando de Delitos Econômicos Praticados por Pessoas Jurídicas.....	81
6.1. Direito de Intervenção e Direito Penal de Duas Velocidades	82
6.1.1. Direito de Intervenção	83
6.1.2. Direito penal de duas velocidades.....	89
6.1.3. Semelhanças e diferenças entre as teorias do direito de intervenção e do direito penal de duas velocidades	94
6.2. O direito administrativo sancionador.....	100
6.2.1. O limite entre o direito penal e o direito administrativo sancionador: o que deve ser tutelado por cada uma dessas áreas do direito?	103
6.2.1.1. Teoria diferenciadora	104
6.2.1.2. Teoria unitária	107
7. Os Novos Rumos Apontados no Sistema Jurídico Brasileiro pelas Leis nº 12.529/11 e nº 12.846/13 no que Concerne aos Delitos Praticados por Pessoas Jurídicas	113
8. Conclusão.....	125
Referências Bibliográficas	135